



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Parecer nº 88/2025

Projeto de Lei Ordinária nº 112/25

Autoria: Vereador Luiz Carlos dos Santos.

Assunto: Institui o Programa "Empresa Inclusiva" no âmbito do Município de Votorantim, destinado a incentivar a contratação de pessoas com deficiência.

Interessado: Comissão de Justiça, Comissão de Política Social e Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania, todas da Câmara Municipal de Votorantim.

Solicitante: Presidência da Câmara Municipal de Votorantim.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 112/25.
ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE COM AS
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E
REGIMENTAIS ACERCA DO PROCESSO
LEGISLATIVO, BEM COMO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 95, DE 1998,
ATINENTES À TÉCNICA LEGISLATIVA. O
presente projeto de lei é constitucional no que se
refere à competência e à iniciativa, em respeito aos
arts. 23, II, 30, I, ambos da Constituição Federal e
arts. 14, I e 203, ambos da Lei Orgânica do
Município de Votorantim, e não apresenta
irregularidades quanto à técnica legislativa.

RELATÓRIO

1. Em atendimento ao disposto no art. 12, II, "e", da Resolução nº 03, de 23 de março de 1994, que institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Votorantim, os autos em referência foram encaminhados pela Presidência desta Casa Legislativa para parecer sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 112/2025, de autoria do Vereador Luiz Carlos dos Santos, que "Institui o Programa 'Empresa

M.K.

1



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Inclusiva' no âmbito do Município de Votorantim, destinado a incentivar a contratação de pessoas com deficiência".

2. Em resumo, o Projeto de Lei Ordinária em epígrafe institui o programa "Empresa Inclusiva", com o fito de "estimular, reconhecer e valorizar as empresas que promovam a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho" (art. 1º) e cujos objetivos incluem fomentar a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e promover a conscientização social acerca da inclusão (art. 2º). Referido programa prevê, no art. 4º, a concessão de selo de reconhecimento, prioridades nas contratações públicas, nos termos da Nova Lei de Licitações e divulgação nos canais institucionais do município às empresas participantes (cujos requisitos para participação vem elencados no art. 3º). Por fim, o art. 5º permite ao Poder Executivo a regulamentação da lei, definindo os critérios de adesão, formas de comprovação das práticas inclusivas e instrumentos de fiscalização do programa, seguido das cláusulas orçamentária e de vigência.
3. Assim, o caso sob exame demanda a análise acerca da adequação da proposta legislativa às disposições constitucionais vigentes, notadamente no que diz respeito à competência e à iniciativa e demais disposições do processo legislativo. No mais, cumpre verificar a obediência às regras descritas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

FUNDAMENTAÇÃO

4. De início, é preciso frisar que a instituição de programas municipais que têm relação com assistência social se insere no rol de competências legislativas do

M.K.  2



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Município, haja vista tratar-se de assunto que diz respeito ao seu peculiar interesse, conforme regra inscrita no art. 14, I, e no art. 203, ambos da Lei Orgânica do Município de Votorantim, bem como no art. 30, I, da Constituição Federal. Ademais, o tema do Projeto de Lei refere-se à assistência social, que também é objeto de competência comum, nos termos do art. 23, II, da Lei Maior.

5. Com relação à iniciativa, anote-se que a temática versada na propositura em exame não está reservada ao Prefeito, pois não se refere à estrutura do Poder Executivo, seus servidores, leis orçamentárias e geração de despesas. Dessa sorte, no caso em tela, prevalece a regra geral que prevê ser de iniciativa concorrente *(comum) a instituição, por meio de lei, de programas municipais. No mais, o projeto ora examinado não prevê obrigações materiais ao Poder Executivo, apenas sugestões, não violando o princípio da separação dos Poderes.*
6. Finalmente, no tange às prescrições da Lei Complementar nº 95, de 1998, não há apontamentos a fazer.

DISPOSITIVO

7. Por todo o exposto, o Projeto de Lei Ordinária nº 112/25, de autoria do Vereador Luiz Carlos dos Santos, que "Institui o Programa 'Empresa Inclusiva' no âmbito do Município de Votorantim, destinado a incentivar a contratação de pessoas com deficiência", é constitucional no que se refere à competência e à iniciativa, em respeito aos arts. 23, II, 30, I, ambos da Constituição Federal e arts. 14, I e 203, ambos da Lei Orgânica do Município de Votorantim, e não apresenta irregularidades quanto à técnica legislativa.
8. É o parecer, s.m.j, em quatro laudas.
9. À deliberação da Comissão de Justiça, da Comissão de Política Social e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, todas da Câmara

3
u.k.



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Municipal de Votorantim, competentes nos termos do art. 21, §§ 1º, 4º e 9º, da Resolução nº 03, de 1994.

10. À Presidência da Câmara Municipal de Votorantim.

Votorantim, 29 de setembro de 2025.

Gilmara Navega Pozzati
Procuradora Jurídica

Matheus Andreoli
Estagiário